



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO OBEDECERÁ À LEI FEDERAL Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002, AO DECRETO MUNICIPAL Nº 09, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020, AO DECRETO FEDERAL Nº 3.722, DE 09 DE JANEIRO DE 2001, À LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, À LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013, AO DECRETO MUNICIPAL Nº 021, DE 01 DE JUNHO DE 2018, INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03, DE 26 DE ABRIL DE 2018, E SUBSIDIARIAMENTE À LEI FEDERAL Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, BEM COMO, À LEGISLAÇÃO CORRELATA E DEMAIS EXIGÊNCIAS PREVISTAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

LICITAÇÃO COM LOTES COM AMPLA PARTICIPAÇÃO E EXCLUSIVO ÀS MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP, EM ATENDIMENTO AOS INCISOS I E III DO ART. 48 DA LEI Nº 123/2006

1. DO OBJETO:

1.1. REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÃO DE MUDAS DE ÁRVORES, FLORES, ADUBOS, FERTILIZANTES E MATERIAIS PARA JARDINS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO, AGROPECUÁRIA E RECURSOS HÍDRICOS DO MUNICÍPIO DE HORIZONTE/CE.

1.2. A licitação será por **LOTE**, conforme tabela constante neste Termo de Referência.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **Menor Preço**, com modo de **Disputa Aberto**, observadas as exigências contidas em Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. O local de disputa será no Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET – via site: www.comprasnet.gov.br.

2. DA JUSTIFICATIVA:

2.1. Justificamos a aquisição de mudas de flores, plantas ornamentais, adubos, fertilizantes e materiais para jardins, para ornamentação e paisagismo em **diversos locais públicos** do município de Horizonte.

3. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO COM ITENS E VALORES ESTIMADOS:

3.1. Os preços de referência foram estimados com base nas pesquisas de preços realizadas pelo Município de Horizonte/CE, as quais estão acostadas nos autos do processo licitatório, e deram origem aos preços e quantidades estimados abaixo especificados, que totalizam um valor global estimado de **R\$ XXXXXXXXX** (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

LOTE 01 - AMPLA

ITENS	DESCRIÇÃO	NOME COMUM	UNID	QUANT	V.UNIT	V. TOTAL
1	ADENIUM OBESUM	ROSA DO DESERTO	UND	27		
2	AGAVE AMERICANA	AGAVE DRAGÃO	UND	90		
3	AGAVE ANGUSTIFOLIA	AGAVE TÊNUE	UND	45		
4	AGAVE ATTENUATA	AGAVEA	UND	90		
5	AGAVE GEMINIFLORA	AGAVE PALITO	UND	90		
6	ALLAMANDA CATHARTICA	MINE ALAMANDA	UND	360		
7	ALTERNANTHERA	KIT ROXO	UND	540		
8	ANANAS LUCIDUS	ABACAXI ORNAMENTAL	UND	135		
9	ANTHURIUM	ANTÚRIO	UND	27		
10	BEAUCARNEA RECURVATA	PATA DE ELEFANTE	UND	18		
11	BISMARCKIA	PALMEIRA	UND	54		



PREFEITURA DE
HORIZONTE
DE MÃOS DADAS COM VOCÊ



12	BISMARCKIA NOBILIS	PALMEIRA BISMARCK	UND	27		
13	BOUGAINVILLEA	BUGAVILLIA	UND	72		
14	BUXUS SEMPERVIRENS	BUXINHO	UND	45		
15	BUXUS SEMPERVIRENS CONE	BUXINHO CONE	UND	36		
16	CARPENTARIA ACUMINATA	PALMEIRA CARPENTARIA	UND	45		
17	CENTRANTHUS RUBER	ALFINETE	UND	180		
18	CHAMAEDOREA ELEGANS	PALMEIRA DE SALÃO	UND	180		
19	CLUSIA FLUMINENSIS	CLUSIA VERDE	UND	90		
20	CLUSIA MAJOR	CLÚSIA	UND	90		
21	CODIAEUM VARIEGATUM	CROTO PAULISTA	UND	90		
22	CORDYLINE TERMINALIS	DRACAENA VERMELHA	UND	135		
23	CORDYLINE TERMINALIS	DRACAENA ROXA	UND	45		
24	CRINUM MENEHUNE	CRINUM ROXO	UND	135		
25	CUPRESSUS SEMPERVIRENS	CIPRESTES	UND	90		
26	CUPRESSUS SEMPERVIRENS	PIRAMIDE DALE	UND	135		
27	CYCAS REVOLUTA	CICA	UND	27		
28	CYCAS REVOLUTA	CICA FALSA	UND	90		
29	CYRTOSTACHYS RENDA	PALMEIRA LACA	UND	54		
30	DIANELLA TASMANICA	DIONELA	UND	270		
31	DIETES BICOLOR	MOREIA	UND	54		
32	DIETES BICOLOR	MOREIA	UND	45		
33	DRACAENA ARBOREA	ARBOREA	UND	90		
34	DRACAENA MARGINATA	DRACAENA TRICOLOR	UND	90		
35	DRACAENA REFLEXA	PLEOMELE VARIEGADA	UND	90		
36	DRACAENA REFLEXA	PLEOMOLE FITA	UND	135		
37	DRACAENA TRIFASCIATA	ESPADA DE SÃO JORGE	UND	45		
38	DYPSIS DECARYI	PALMEIRA TRIANGULAR	UND	36		
39	EUPHORBIA MILII	EU E TU	UND	270		
40	FILICUM DECIPIENS	ARVORE SAMAMBAIA	UND	27		
41	GALPHIMIA GLAUCA	TRIALIS	UND	90		
42	GUZMANIA	BROMELIA	UND	135		
43	HANDROANTHUS ALBUS	ÁRVORE IPÊ	UND	90		
44	HYOPHORBE LAGECAULIS	PALMEIRA GARRAFA	UND	45		
45	HYOPHORBE LAGENICULIS	PALMEIRA GARRAFA	UND	45		
46	IXORA COCCINEA COMPACTA	MINE LACRE	UND	540		
47	IXORA MACROTHYRSA	IXORA	UND	270		
48	LEUCOPHYLLUM FRUTESCENS	BOLA DE PRATA	UND	135		
49	LICUALA GRANDIS	PALMEIRA LEQUE	UND	45		





PREFEITURA DE
HORIZONTE
DE MÃOS DADAS COM VOCÊ



50	MANDEVILLA	DIPLADENEA TREPadeira	UND	90		
51	MONSTERA ADANSONII	MONSTERA	UND	90		
52	MONSTERA DELICIOSA	COSTELA DE ADÃO	UND	18		
53	MUSSAENDA ALICIA	MUSSAENDA	UND	72		
54	MYRTUS	MURTA	UND	90		
55	NEPHROLEPIS EXALTATA	SAMAMBAIA	UND	9		
56	NERIUM OLEANDER	ESPIRRADEIRA	UND	72		
57	PHOENIX	PALMEIRA	UND	36		
58	PINUS	PINHEIRO DE NATAL	UND	13		
59	PLERANDRA ELEGANTISSIMA	ARALIA FALSA	UND	90		
60	PLUMERIA PUDICA	JASMIM DO CARIBE	UND	90		
61	PLUMERIA PUDICA	JASMIM PUDICO	UND	45		
62	PODOCARPUS	PODOCARPUS	UND	45		
63	POLYALTHIA LONGIFOLIA	ARVORE MASTRO	UND	45		
64	POLYSCIAS FRUTICOSA	ARVORE DA FELICIDADE	UND	45		
65	RAVENALA MADAGASCARIENSIS	RAVENALA	UND	90		
66	RHAPIS EXCELSA	MINE RHAFI	UND	90		
67	RUSSELIA EQUISETIFORMIS	CHUVEIRINHO	UND	90		
68	RUSSELIA EQUISETIFORMIS	FLOR-DE-CORAL	UND	45		
69	SANSEVIERIA CYLINDRICA	LANÇA	UND	54		
70	SANSEVIERIA TRIFASCIATA HAHNII	MINE ESPADINHA	UND	270		
71	SCHEFFLERA GOLD CAPELLA	SCHEFFLERA	UND	72		
72	SPATHIPHYLLUM WALLISII	LÍRIO DA PAZ	UND	45		
73	TABEBUIA	IPÊ	UND	90		
74	TABERNAEMONTA NA LAETA	MINI JASMIM	UND	180		
75	TERMINALIA MANTALY	SETE COPAS	UND	27		
76	THUJA OCCIDENTALIS	TUIA NANA	UND	135		
77	THUNBERGIA GRANDIFLORA	THUNBERGIA	UND	72		
78	VARIEGATED GUMAMELA	PAPOLA CARNAVAL	UND	72		
79	WODYETIA BIFURCATA	RABO DE RAPOSA	UND	180		
80	YUCCA	YUCCA	UND	45		
81	ZAMIOCULCAS ZAMIIIFOLIA	ZAMIA	UND	90		
VALOR TOTAL					R\$	

**LOTE 02 – COTA EXCLUSIVA AS MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, EM ATENDIMENTO
AO INCISO III DO ART. 48 DA LEI Nº 123/2006.**

ITENS	DESCRIÇÃO	NOME COMUM	UNID	QUANT	V.UNIT	V. TOTAL
1	ADENIUM OBESUM	ROSA DO DESERTO	UND	3		
2	AGAVE AMERICANA	AGAVE DRAGÃO	UND	10		
3	AGAVE ANGUSTIFOLIA	AGAVE TÊNUE	UND	5		





PREFEITURA DE
HORIZONTE
DE MÃOS DADAS COM VOCÊ



4	AGAVE ATTENUATA	AGAVEA	UND	10		
5	AGAVE GEMINIFLORA	AGAVE PALITO	UND	10		
6	ALLAMANDA CATHARTICA	MINE ALAMANDA	UND	40		
7	ALTERNANTHERA	KIT ROXO	UND	60		
8	ANANAS LUCIDUS	ABACAXI ORNAMENTAL	UND	15		
9	ANTHURIUM	ANTÚRIO	UND	3		
10	BEAUCARNEA RECURVATA	PATA DE ELEFANTE	UND	2		
11	BISMARCKIA	PALMEIRA	UND	6		
12	BISMARCKIA NOBILIS	PALMEIRA BISMARCK	UND	3		
13	BOUGAINVILLEA	BUGAVILLIA	UND	8		
14	BUXUS SEMPERVIRENS	BUXINHO	UND	5		
15	BUXUS SEMPERVIRENS CONE	BUXINHO CONE	UND	4		
16	CARPENTARIA ACUMINATA	PALMEIRA CARPENTARIA	UND	5		
17	CENTRANTHUS RUBER	ALFINETE	UND	20		
18	CHAMAEDOREA ELEGANS	PALMEIRA DE SALÃO	UND	20		
19	CLUSIA FLUMINENSIS	CLUSIA VERDE	UND	10		
20	CLUSIA MAJOR	CLÚSIA	UND	10		
21	CODIAEUM VARIEGATUM	CROTO PAULISTA	UND	10		
22	CORDYLINE TERMINALIS	DRACAENA VERMELHA	UND	15		
23	CORDYLINE TERMINALIS	DRACAENA ROXA	UND	5		
24	CRINUM MENEHUNE	CRINUM ROXO	UND	15		
25	CUPRESSUS SEMPERVIRENS	CIPRESTES	UND	10		
26	CUPRESSUS SEMPERVIRENS	PIRAMIDE DALE	UND	15		
27	CYCAS REVOLUTA	CICA	UND	3		
28	CYCAS REVOLUTA	CICA FALSA	UND	10		
29	CYRTOSTACHYS RENDA	PALMEIRA LACA	UND	6		
30	DIANELLA TASMANICA	DIONELA	UND	30		
31	DIETES BICOLOR	MOREIA	UND	6		
32	DIETES BICOLOR	MOREIA	UND	5		
33	DRACAENA ARBOREA	ARBOREA	UND	10		
34	DRACAENA MARGINATA	DRACAENA TRICOLOR	UND	10		
35	DRACAENA REFLEXA	PLEOMELE VARIEGADA	UND	10		
36	DRACAENA REFLEXA	PLEOMOLE FITA	UND	15		
37	DRACAENA TRIFASCIATA	ESPADA DE SÃO JORGE	UND	5		
38	DYPSIS DECARYI	PALMEIRA TRIANGULAR	UND	4		
39	EUPHORBIA MILII	EU E TU	UND	30		
40	FILICIUM DECIPIENS	ARVORE SAMAMBAIA	UND	3		
41	GALPHIMIA GLAUCA	TRIALIS	UND	10		
42	GUZMANIA	BROMELIA	UND	15		





43	HANDROANTHUS ALBUS	ÁRVORE IPÊ	UND	10		
44	HYOPHORBE LAGECAULIS	PALMEIRA GARRAFA	UND	5		
45	HYOPHORBE LAGENICHAULIS	PALMEIRA GARRAFA	UND	5		
46	IXORA COCCINEA COMPACTA	MINE LACRE	UND	60		
47	IXORA MACROTHYRSA	IXORA	UND	30		
48	LEUCOPHYLLUM FRUTESCENS	BOLA DE PRATA	UND	15		
49	LICUALA GRANDIS	PALMEIRA LEQUE	UND	5		
50	MANDEVILLA	DIPLADENEA TREPadeira	UND	10		
51	MONSTERA ADANSONII	MONSTERA	UND	10		
52	MONSTERA DELICIOSA	COSTELA DE ADÃO	UND	2		
53	MUSSAENDA ALICIA	MUSSAENDA	UND	8		
54	MYRTUS	MURTA	UND	10		
55	NEPHROLEPIS EXALTATA	SAMAMBAIA	UND	1		
56	NERIUM OLEANDER	ESPIRRADEIRA	UND	8		
57	PHOENIX	PALMEIRA	UND	4		
58	PINUS	PINHEIRO DE NATAL	UND	2		
59	PLERANDRA ELEGANTISSIMA	ARALIA FALSA	UND	10		
60	PLUMERIA PUDICA	JASMIM DO CARIBE	UND	10		
61	PLUMERIA PUDICA	JASMIM PUDICO	UND	5		
62	PODOCARPUS	PODOCARPUS	UND	5		
63	POLYALTHIA LONGIFOLIA	ARVORE MASTRO	UND	5		
64	POLYSCIAS FRUTICOSA	ARVORE DA FELICIDADE	UND	5		
65	RAVENALA MADAGASCARIENSIS	RAVENALA	UND	10		
66	RHAPIS EXCELSA	MINE RHAFI	UND	10		
67	RUSSELIA EQUISETIFORMIS	CHUVEIRINHO	UND	10		
68	RUSSELIA EQUISETIFORMIS	FLOR-DE-CORAL	UND	5		
69	SANSEVIERIA CYLINDRICA	LANÇA	UND	6		
70	SANSEVIERIA TRIFASCIATA HAHNII	MINE ESPADINHA	UND	30		
71	SCHEFFLERA GOLD CAPELLA	SCHEFFLERA	UND	8		
72	SPATHIPHYLLUM WALLISII	LÍRIO DA PAZ	UND	5		
73	TABEBUIA	IPÊ	UND	10		
74	TABERNAEMONTA NA LAETA	MINI JASMIM	UND	20		
75	TERMINALIA MANTALY	SETE COPAS	UND	3		
76	THUJA OCCIDENTALIS	TUIA NANA	UND	15		
77	THUNBERGIA GRANDIFLORA	THUNBERGIA	UND	8		
78	VARIEGATED GUMAMELA	PAPOLA CARNAVAL	UND	8		
79	WODYETIA BIFURCATA	RABO DE RAPOSA	UND	20		
80	YUCCA	YUCCA	UND	5		





81	ZAMIOCULCAS ZAMIIFOLIA	ZAMIA	UND	10		
VALOR TOTAL						

LOTE 03 - EXCLUSIVO AS MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP, EM ATENDIMENTO AO INCISO I DO ART. 48 DA LEI Nº 123/2006.

INCISO I DO ART. 48 DA LEI Nº 123/2000.					
ITENS	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	V.UNIT	V. TOTAL
1	SACO DE BAGANA - 10KG	UND	100		
2	SACO DE CASCA DE PINO - 5KG	UND	50		
3	SACO DE PEDRA RIO - 50KG	UND	50		
4	SACO DE SUBSTRATO - 20KG	UND	60		
VALOR TOTAL					

LOTE 04 - EXCLUSIVO AS MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP, EM ATENDIMENTO AO INCISO I DO ART. 48 DA LEI Nº 123/2006.

ITENS	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	V.UNIT	V. TOTAL
1	VASO SAFIRA(CIMENTO) - ALT: 70CM / LARG: 50CM	UND	30		
2	VASOS DE CIMENTO (G) - ALT: 70CM LARG: 60CM	UND	30		
3	VASOS DE PLASTIC - ALT: 50CM LARG: 30CM	UND	30		
4	LIMITADOR DE GRAMA	METRO	500		
VALOR TOTAL					

LOTE 05 - EXCLUSIVO AS MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP, EM ATENDIMENTO AO INCISO I DO ART. 48 DA LEI Nº 123/2006.

ITEM	DESCRIÇÃO	NOME COMUM	UNID	QUANT	V.UNIT	V. TOTAL
1	ZOYSIA JAPONICA	GRAMA ESMERALDA	M²	1500		
VALOR TOTAL						

3.3. JUSTIFICATIVA DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E FORMAÇÃO DO LOTE: No que diz respeito ao princípio da economicidade e em contratar a proposta mais vantajosa individualizar a contratação do aludido objeto sobrecarrega a administração pública e encarece o contrato final, haja vista também que os licitantes possuem margem de negociação maior por estarem comercializando uma tabela (LOTE) do objeto licitado, desta forma na divisão por LOTE do objeto em tela há um grande ganho para Administração na economia de escala, tendo em vista que implicaria em aumento de quantitativos e consequentemente, numa redução de preços a serem pagos pela Administração.

EM ATENDIMENTO AO QUE DISPÕE O ACÓRDÃO DO TCU DE Nº 1592/2013 - PLENÁRIO:

Considerando o princípio da proporcionalidade e razoabilidade, este(s) órgão(s) entende(m) que, desta forma, os itens a serem licitados integrarão o lote na observância, inclusive, das regras de mercado para a comercialização dos produtos, de modo a manter a competitividade necessária à disputa. Todas as peculiaridades envolvidas foram avaliadas de forma a gerar maior concorrência e possibilidade de participação aos possíveis interessados. Nessa esteira, entendem(s) que objetos em tela se cotejam por sua similitude de gênero justifica-se a realização de licitações por meio de LOTES, de forma a gerar maior economia de escala e por consequência, gerando o melhor aproveitamento dos recursos públicos, na forma do que determina o art. 23, §1º, da Lei n.º 8.666/931. Em contraponto, seria desproporcional, a administração gerenciar os itens pretendidos, quando da demandar ser única em relação a especificidade da finalidade buscada. Por fim, ressalt(o)(amos) que a competitividade resta amplamente preservada, pois o agrupamento dos itens leva em consideração as características comuns aos objetos dos itens pertencentes que se unificam em um único conjunto.



4. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS:

4.1. DAS ORDENS DE COMPRAS: Os produtos licitados/contratados serão entregues mediante expedição de ORDENS DE COMPRAS por parte da unidade gestora ao licitante vencedor/contratado, que indicará os quantitativos a serem realizados, de acordo com a conveniência e oportunidade administrativa, a necessidade e disponibilidade financeira da Contratante.

4.1.1. A ordem de compras emitida conterá os produtos pretendidos e a respectiva quantidade, devendo ser entregue ao detentor/contratado no seu endereço físico, via e-mail ao seu endereço eletrônico, cujos dados constem do cadastro de fornecedores ou do próprio contrato.

4.1.2. Observadas as determinações e orientações constantes da ordem de compras, o fornecedor deverá entregar os produtos no local indicado, dentro do prazo e horários previstos, oportunidade em que receberá o atesto declarando a sua entrega.

4.1.3. O aceite dos produtos pelo órgão solicitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações estabelecidas no anexo do edital quanto aos serviços realizados.

4.2. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA Os produtos licitados/contratados deverão ser entregues no prazo máximo 05 (cinco) dias após o recebimento da ordem de compra emitida pela administração, no local definido na ordem de compra, seguindo rigorosamente as quantidades solicitadas.

4.2.1. Para os produtos o objeto deste certame, deverá ser emitida fatura e nota fiscal em nome do Município de Horizonte/CE.

4.2.1.1. As informações necessárias para emissão da fatura e nota fiscal deverão ser requeridas junto a contratante.

4.2.2. No caso de constatação da inadequação dos produtos fornecidos às normas e exigências especificadas neste edital e na proposta de preços vencedora a Administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.

4.2.3. As prorrogações de prazo serão concedidas somente mediante justificativa, permissiva legal e conveniência atestada pelo Município de Horizonte/CE.

4.3. Os produtos licitados/contratados deverão ser entregues, observando rigorosamente as condições contidas no termo de referência, no edital, na ata de registro de preços e no contrato e as disposições constantes de sua proposta de preços, bem ainda as normas vigentes, assumindo o fornecedor a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do fornecimento que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, e ainda:

a) A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do fornecimento em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

c) Indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do fornecimento. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do fornecedor deverão ser comunicadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

d) A entrega dos produtos deve se efetuar de forma a não comprometer o funcionamento dos órgãos solicitantes.

5. DO ENVIO DAS PROPOSTAS:

5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário





marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

5.3. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.3.1. Valor unitário do item, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), considerando as quantidades constantes do Termo de Referência;

5.3.2. Quantidade de unidades, observada a quantidade total fixada no Termo de Referência para cada item;

5.3.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as seguintes informações:

5.3.3.1. Prazo de entrega, observado o limite máximo do Termo de Referência;

5.3.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.

5.3.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, inclusive os relativos ao frete e transporte, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.3.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.3.7. Ao elaborar a proposta de preços, o licitante deverá observar as especificações e detalhamentos dos itens constantes do termo de referência. Havendo divergência entre o detalhamento do Termo de Referência e das especificações constante do sistema Comprasnet, prevalecerá às especificações presentes no Termo de Referência.

6. DA HABILITAÇÃO:

6.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

d) Cadastro de Inidôneos da Prefeitura Municipal de Horizonte.

6.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.1.2. Constatada a existência de sanção impeditiva da participação no certame, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

6.1.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

6.2. Não ocorrendo inabilitação quanto às condições de participação, o Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, conforme o disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 11.10.10.

6.2.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

6.2.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial,





ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, nos termos do item 6.3, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.2.3. No mesmo prazo e da mesma forma, enquanto não constarem do SICAF informações acerca da regularidade trabalhista, deverá o licitante encaminhar prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

6.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, ou que não atendam todas as exigências de Habilitação deste edital, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômico-financeira e qualificação técnica;

6.4. Habilitação Jurídica:

- a) no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
- b) em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- d) inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) no caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- f) decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

6.5. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade com a Fazenda Nacional e com a Seguridade Social (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, emitida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil);
- d) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- f) prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
- g) prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- h) as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- i) havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Pregoeira, para a regularização da documentação e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;





j) a não-regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou a revogação da licitação ou do item, conforme o caso;

6.6. Qualificação Econômico-Financeira:

6.6.1. Certidão negativa de falência ou concordata ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida há menos de 90 (noventa) dias contados da data da sua apresentação;

6.6.1.1. É permitida a participação de empresa em condição de recuperação judicial desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 8.666/1993, nos termos do acórdão nº 1201/2020 do TCU.

6.6.2 Prova de capital social ou patrimônio líquido mínimo a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, podendo a comprovação ser feita através da apresentação da Certidão Simplificada expedida há menos de 90 (noventa) dias contados da data da sua apresentação emitida pela Junta Comercial da sede da licitante ou através do Balanço Patrimonial do último exercício social;

6.6.2.1 Entende-se por "valor estimado da contratação" como o valor final vencido pelo licitante.

6.6.3. Havendo mais de um item ou lote vencido pela mesma licitante, a comprovação a que se diz respeito ao item 6.6.2 será realizada levando-se em consideração a totalidade dos itens/lotos vencidos. Constatado a ausência de capital social ou patrimônio líquido insuficiente quanto ao somatório, a licitante poderá optar pelos itens/lotos os quais deseja continuar como classificada. Não o fazendo, a Pregoeira procederá com esta classificação levando-se em consideração a maior pluralidade de itens/lotos e a sequência procedida;

6.7. Qualificação Técnica:

a) Comprovação de aptidão, feita através de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa, que comprove que o licitante tenha fornecido ou esteja fornecendo objeto compatível com o objeto da presente licitação.

6.8. Declarações:

6.8.1 O licitante deverá atender as exigências editalícias quanto as declarações solicitadas nas condições de participação deste edital (item 4.4, 4.5 e 4.6), mediante o acionamento em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação.

6.9. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, quando não integrantes do sistema do SICAF, deverão ser apresentados pelos licitantes exclusivamente em campo próprio do sistema eletrônico, até a data da abertura do certame.

6.10. Se a menor proposta ofertada for de microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparadas, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após solicitação da Pregoeira no sistema eletrônico, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.

6.10.1. A prorrogação do prazo poderá ser concedida, a critério da Administração quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

6.10.2. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.

6.11. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para sua continuidade.

6.12. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer





dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

6.13. Nos itens não exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

6.14. Nos itens exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, em caso de inabilitação, a Pregoeira retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.15. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.16. A Pregoeira poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

6.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

7. DO PREÇO, DO PAGAMENTO, REAJUSTE E REEQUILÍBRIO:

7.1. **PREÇOS:** Os preços ofertados devem ser apresentados com a incidência de todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, direitos autorais, deslocamento de pessoal e material, custos e demais despesas que possam incidir direta ou indiretamente sobre a execução do(s) objeto(s) licitado(s), inclusive a margem de lucro.

7.2. **PAGAMENTO:** O pagamento será feito na proporção da execução dos serviços e produtos fornecidos licitados, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo gestor da despesa/fiscal do contrato, acompanhadas das Certidões Federal (abrangendo as contribuições sociais), Estadual, Municipal, FGTS e CNDT, do contratado, todas atualizadas, observadas as condições da proposta.

7.2.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da documentação tratada neste subitem, observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor.

7.3. **REAJUSTE:** Os valores constantes da Ata de Registro de Preços são irrevogáveis.

7.4. **REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:** Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada.

8. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

8.1. A ata de registro de preços terá validade pelo prazo de **12 (doze) meses**, contado a partir da data da sua assinatura, improrrogáveis.

9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9.1. As despesas decorrentes dos futuros contratos correrão à conta dos recursos respectivos, nas dotações orçamentárias da **SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO, AGROPECUÁRIA E RECURSOS HÍDRICOS**.

10. FISCAL DO CONTRATO:





10.1. A Fiscalização dos Contratos será exercida pela servidora **Washington Luís Soares dos Santos**, especialmente designado pela Ordenadora de Despesas, o qual deverá exercer em toda sua plenitude a ação de que trata a Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada.

11. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

11.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório, termo de referência, contrato e proposta, da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada e da Lei Nº. 10.520/02.

11.2. A CONTRATADA obriga-se a:

11.2.1. Assinar e devolver a ordem de compra ao órgão solicitante no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data do seu recebimento.

11.2.2. Entregar os produtos contratados a ser prestado no prazo determinado no termo de referência, contados do recebimento da ordem de compra, nos locais determinados pelo órgão solicitante, observando rigorosamente as especificações contidas no contrato, no termo de referência, nos anexos e disposições constantes de sua proposta de preços, assumindo a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do fornecimento do objeto, que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, e ainda:

a) A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

c) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do § 1º do art. 65 da Lei Nº. 8.666/93;

d) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelos órgãos solicitantes, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.

11.2.3. No caso de constatação da inadequação do objeto licitado às normas e exigências especificadas no termo de referência, no edital ou na proposta de preços da CONTRATADA, a CONTRATANTE os recusará, devendo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas ser adequados às supracitadas condições;

11.3. A CONTRATANTE obriga-se a:

a) Exercer a fiscalização da execução do trabalho;

b) Indicar o local e horário em que deverão ser entregues os produtos.

c) Permitir ao pessoal da CONTRATADA acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança.

d) Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste contrato.

12. DAS SANÇÕES:

12.1. O licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta de preços, não assinar a ata de registro de preços ou termo de contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução dos serviços, não mantiver a proposta ou lance, falhar ou fraudar na execução dos serviços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Horizonte/CE e será descredenciado no Cadastro do Município de Horizonte/CE pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

I. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor detentor da ata de registro de preços ou da contratação





**PREFEITURA DE
HORIZONTE**
DE MÃOS DADAS COM VOCÊ



no caso de:

- a) Recusar em celebrar a ata de registro de preços ou termo de contrato quando regularmente convocado;
- b) Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c) Não manter a proposta ou lance;
- d) Fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;

II. Multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na entrega do objeto solicitado, contados do recebimento da ordem de compra no endereço constante do cadastro de fornecedores ou do contrato, até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor da compra, caso seja inferior a 30 (trinta) dias, no caso de retardamento na entrega;

III. Multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da compra, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias;

12.2. Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos às atividades da Administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, na ata de registro de preços, no contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada, e na Lei Nº. 10.520/02, as seguintes penas:

- a) Advertência;
- b) Multa de 1% (um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor objeto da ordem de compra, ou do valor global máximo da ata ou contrato, conforme o caso;

12.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao tesouro municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

12.3.1- Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o licitante fizer jus.

12.3.2- Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como dívida ativa do município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

12.4. Constituem motivos para rescisão do contrato:

- 12.4.1- o descumprimento das condições contratuais ou o seu cumprimento de forma irregular;
- 12.4.2- a não retirada da respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 12.4.3- a não aceitação da redução do preço ofertado, quando se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 12.4.4- razões de interesse público; e
- 12.4.5- quaisquer dos motivos elencados no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

12.5. **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO:** As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

12.5.1- No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantidos os seguintes prazos de defesa:

- a) 05 (cinco) dias úteis para as sanções exclusivamente de multa e advertência;
- b) 10 (dez) dias corridos para a sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de Horizonte/CE e descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Município de Horizonte/CE pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

12.5.2- Para todo ato inconveniente ou ilícito que tenha indício de causar dano ou prejuízo a Administração Pública ou ao erário deverá inaugurar um procedimento administrativo de apuração dos fatos. Os casos ocorridos durante os procedimentos licitatórios serão comunicados oficialmente e, devidamente instruído, pela Pregoeira à Procuradoria Geral do Município para apuração.





13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

13.1. Este termo de referência, visa atender as exigências legais para o procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico para registro de preços, constando todas as condições necessárias e suficientes, ficando proibido por este termo exigir cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam, ou frustrem o caráter competitivo e estabeleçam preferências ou destinações em razão de naturalidade dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para sua especificação, conforme disposto nos incisos I, II e III do art. 3º da Lei Nº. 10.520/02.

13.2. Vale ressaltar que, no pregão, a Lei nº 10.520/02 e os Decretos nº 3.555/00 e nº 5.450/05 não exigem a obrigatoriedade do orçamento referente ao valor estimado como um anexo ao edital. *"Na licitação na modalidade pregão, o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários não constitui um dos elementos obrigatórios do edital, devendo estar inserido obrigatoriamente no bojo do processo relativo ao certame. Ficará a critério do gestor, no caso concreto, a avaliação da oportunidade e conveniência de incluir esse orçamento no edital ou de informar, no ato convocatório, a sua disponibilidade aos interessados e os meios para obtê-lo."* (Acórdão nº 114/2007, Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler).

13.3. Reproduza-se este termo de referência na minuta do edital e no edital, não exibindo o valor estimado aos licitantes antes de concluído a fase de lances.

